

Cap. 11 - A política e o bem comum



Quais as funções do Estado?



- Estado: implica na existência de um conjunto de instituições políticas, administradas por um governo autônomo e soberano em relação a um território e a uma população.
- Governo: é a administração do Estado. Possui duas prerrogativas básicas: o monopólio da cobrança de impostos e o monopólio da segurança pública.
- Nação: remete a um sentimento de união e de pertencimento de um povo.

A cidade -Estado antiga e o Estado Moderno



- **Política**

- A palavra “política” tem diversos sentidos. No entanto, em termos conceituais, a política é **a arte de governar, diz respeito à gestão dos destinos da comunidade (*pólis* = cidade).**
- Os gregos foram os primeiros a elaborar uma reflexão sobre a política. A política para eles era entendida como a participação de todos os cidadãos nos assuntos do Estado.
- Mais tarde, foram elaboradas teorias políticas que ora analisam a **transformação da sociedade (Locke), ora propõem vias revolucionárias (Marx), mas a política sempre esteve vinculada à ideia de poder.**

Maquiavel e o pensamento político moderno



- Maquiavel foi responsável por elaborar a **moderna concepção de política**.
- Em sua obra, *O príncipe*, trata de situações diferentes que exigem **diferentes atitudes do governante**.
- O primeiro caso, de instauração do poder, requer que o príncipe seja dotado de ***virtù e que saiba aproveitar a fortuna (a ocasião)***.
- Criou uma **nova concepção de política, distanciada da política normativa dos gregos, que destacava a imagem do “governante virtuoso”, portanto atrelando a política à moral individual**.
- Ao propor a **secularização da política**, Maquiavel inaugurou **uma nova maneira de conceber a moral na política: os valores não são dados de antemão, mas dependem da realização dos interesses coletivos**.

As teorias contratualistas



- **Contratualismo e divisão de poderes**
- O conceito de **direito natural(jusnaturalismo)** consiste na **defesa de uma lei universal ditada pela razão humana.**
- Apesar de antigo, foi na Idade Moderna que o conceito de direito natural tornou-se **laico, desvinculado da religião.**
- Na direção do jusnaturalismo surgiu a vertente teórica do **contrato social, elaborada pelos filósofos Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau.**
- No **estado de natureza, o indivíduo viveria como dono exclusivo de si e dos seus poderes: que motivo o teria levado a se submeter a um Estado?**
- A pergunta é sobre a **legitimidade do Estado. Aqueles filósofos respondem que o poder deve se fundar na representatividade e no consenso.**



- Em troca da **segurança e da preservação da própria vida, ameaçadas no estado de natureza, os indivíduos realizam o contrato social: um pacto pelo qual abrem mão de sua liberdade e transferem o governo para um soberano.**
- O soberano possui um **poder absoluto, total e ilimitado. Para atemorizar os indivíduos, exerce seu poder pela força, pela ameaça e pelo castigo. Esse poder é incontestável pelo súdito.**

John Locke



- Para Locke, no estado de natureza os indivíduos não se encontram em guerra uns contra os outros. O contrato social, no entanto, é necessário para garantir a **preservação da propriedade dos indivíduos(vida, liberdade, bens)**.
- Ao contrário do que ocorre em Hobbes, os homens têm **direito à insurreição caso o soberano traia a confiança nele depositada**.

Jean-Jacques Rousseau



- O indivíduo encontra-se **livre e feliz no estado de natureza (o “bom selvagem”)**.
- A propriedade, contudo, é a responsável pela **desigualdade entre os homens**.
- O **verdadeiro contrato social, ao contrário do falso contrato, não retira do povo sua soberania**.
- Com esse pressuposto, Rousseau recupera a noção de **democracia direta ou participativa, mantida por meio de assembleias de todos os cidadãos**.

Rawls e o contrato contemporâneo



- John Rawls concorda que a tese do contrato social talvez seja uma ficção histórica. O principal objetivo da teoria contratualista não seria o de descrever como o Estado veio a existir, mas sim o de dar uma justificativa quanto ao porquê de sua existência.

A crítica de Hegel ao contratualismo



- Para muitos filósofos a comunidade é o que deveria ser o foco da análise política e social. Essa concepção comunitarista, vista em Aristóteles e Hegel, contrasta com as teorias contratualistas:
- 1° Ela toma o Estado como anterior ao indivíduo;
- 2° O estado não é uma construção artificial, fruto de uma convenção, mas faz parte da natureza humana;
- 3° Nossa identidade pessoal não pode ser dissociada do Estado e de sua história, de onde deriva nossa identidade social e cultural.
- Para Hegel, as pessoas são livres na medida em que elas possam ultrapassar a si mesmas. Mas como só como cidadãos de um Estado é que os indivíduos podem desenvolver ao máximo suas potencialidades, só no estado que eles podem realmente ser livres.

Democracia



- Uma das formas de legitimação do poder político é a **democracia, que teve origem na Grécia. Em seu sentido etimológico, quer dizer “governo do povo”. Entretanto, da democracia grega estavam excluídos mulheres, escravos e estrangeiros. No entanto, a invenção da democracia já destacava os valores de igualdade, liberdade e participação.**
- Alguns aspectos importantes da democracia:
- •A democracia é um regime político que deve zelar pela **pluralidade de convicções, com garantia de livre expressão, desde que dentro dos limites legais. Por exemplo, uma opinião racista deve ser coibida pelo Estado, porque ofende os princípios legais e a dignidade humana.**

Democracia



- A democracia se caracteriza também pela **eleição do governante pelo conjunto dos cidadãos, bem como pela alternância regular e periódica do poder.**
- •A ideia de democracia está intimamente ligada à de **cidadania. O cidadão é um sujeito com *direitos(civis e sociais) e deveres(obrigações) perante o Estado. Ser cidadão não significa apenas exercer o direito do voto, mas desenvolver uma cidadania ativa, com ampla participação do indivíduo na vida pública.***

Os paradoxos da democracia



- 1- A necessidade de abertura para o debate e para a competição entre plataformas políticas diferentes e frequentemente em conflito umas com as outras.
- 2- A busca de equilíbrio entre poderes constituídos, a medida que o poder não pode se concentrar em apenas uma instância, mas deve ser distribuído entre elas.
- 3- Para que um governo democrático tenha legitimidade ele precisa do apoio do eleitorado. Entretanto, há situações em que a solução de um problema implica medidas impopulares.

Os paradoxos da democracia



- Para Jacques Rancière o grande paradoxo é que a democracia deve ser entendida como um governo exercido pelo povo, mas para que o governo possa governar, muitas vezes ele se vê no direito de reprimir manifestações democráticas que entende como “excessivamente revolucionárias”.
- Para ele, em tese, a democracia parte do princípio de que todos somos iguais, mas na prática estabelece a desigualdade.
- Portanto, a democracia é uma realidade dinâmica, e é nesse dinamismo que se abre a possibilidade para a justiça social.

A política se opõe à ética



- Espera-se dos políticos que se preocupem acima de tudo com o bem comum dos cidadãos. No entanto, muitas vezes a política é entendida como habilidade no trato das relações humanas, não raro com o uso da mentira e da dissimulação, usando o aparelho do Estado em benefício próprio.